

CONFERÊNCIA SOBRE MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS

PORTUGAL

Conselheiro Presidente Joaquim de Sousa Ribeiro



Juiz do Tribunal Constitucional, eleito pela Assembleia da República, em 5 de Julho de 2007, tendo sido eleito Presidente do Tribunal Constitucional em 2 de Outubro de 2012, função que exerce actualmente.

É licenciado em Direito, pós-graduado em Ciências Jurídico- Empresariais e doutor em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde é professor, tendo leccionado as seguintes cadeiras: Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil, Direito das Obrigações, Direito do Trabalho, Direito e Processo Civil, do curso de licenciatura, e Direito das Empresas e Direito Civil Patrimonial, do curso de mestrado.

Regeu cursos de mestrado nas Faculdades de Direito da Universidade de Macau e da Universidade Agostinho Neto (Luanda). Foi também professor na Universidade Lusíada (Porto) e na Universidade Internacional.

Desempenhou diversos cargos académicos, entre os quais o de Pró-Reitor da Universidade de Coimbra.

Assessorou a Comissão Revisora do Código Civil (1977), foi membro da Comissão Revisora do Direito das Fundações (1999-2001) e fez parte da Comissão para a Criação do Tribunal Judicial Universitário Europeu.

Integrou o Research Training Network "Fundamental Rights and Private Law", patrocinado pela Comissão Europeia (2005- 2006).

É autor de monografias e artigos, nos domínios do Direito Civil, em especial, mas também do Direito do Trabalho, do Direito Comercial e do Direito Constitucional, publicados em Portugal, Brasil, Itália e Alemanha.

Professora Doutora Maria Lúcia Amaral



Eleita pela Assembleia da República, em 29 de Março de 2007, juiz do Tribunal Constitucional. Eleita Vice-Presidente do Tribunal Constitucional em 2 de Outubro de 2012.

Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde leccionou as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Público Comparado, História das Ideias Políticas, Direitos Fundamentais, Justiça Constitucional e Metodologia Jurídica.

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1980, aí se pós-graduou em Ciências Jurídico-Políticas (1987) e doutorou em Direito Constitucional (1998), tendo também leccionado várias disciplinas do grupo das Ciências Jurídico-públicas.

Foi bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian (Heidelberg, Alemanha) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Italiana (Tribunal Constitucional, Roma).

É membro de várias associações científicas de Direito Público e de Direito Constitucional, disciplinas às quais dedicou toda a sua actividade de investigação e publicação.

Professor Doutor Jorge Miranda



É Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde continua a ministrar aulas nos cursos de mestrado e de doutoramento e onde preside à Direcção do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

É também Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Desenvolve investigação nas áreas do Direito Constitucional, da Ciência Política e do Direito Internacional. Os seus interesses específicos recaem sobre Direito Fundamentais, Teoria da Democracia, Direito Eleitoral e Referendário, as Relações entre Constituição e Direito Internacional e a estrutura das normas constitucionais. Desenvolve projectos de investigação em todas estas frentes e é o Investigador Principal, no âmbito do Centro de Investigação em Direito Público (CIDP), do projecto de investigação plurianual com o título *Informal Changes in Constitutional Law*, com um enfoque na problemática da mutação tácita da Constituição no Direito Constitucional Português, Europeu e da América do Sul. Participou activamente na redacção da Constituição Portuguesa e das Constituições de Timor-Leste e de São Tomé e Príncipe.

É Professor Honorário da Universidade do Ceará e recebeu o título de Doutor Honoris Causa de várias instituições como a Universidade do Porto, a Universidade de Lovaina, a Universidade de Vale do Rio dos Sinos e a Universidade de Pau. Foi condecorado com várias distinções entre as quais a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade e a Comenda da Ordem de Santiago de Espada. Entre as inúmeras obras que publicou são de destacar o Manual de Direito Constitucional (em sete volumes), a Teoria do Estado e da Constituição e o Curso de Direito Internacional Público. Publicou ainda vários artigos de grande relevância científica e impacto público em Espanha, no Brasil, em Itália e em França.

Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa



Marcelo Rebelo de Sousa é Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa onde se doutorou. É actualmente o Presidente do Conselho Científico do Centro de Investigação de Direito Público (CIDP) daquela instituição. Também foi Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Professor Catedrático convidado da Faculdade de Direito da mesma Universidade e membro da Comissão Instaladora, do Conselho Científico e Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, de que é doutor honoris causa.

Exerceu vários cargos políticos de relevo, entre as quais as de Presidente do Partido Social Democrata, de Vice-Presidente do Partido Popular Europeu e de Membro do Conselho de Estado. No exterior, foi Negociador do ante-projecto da Faculdade de Direito de Bissau.

É autor de inúmeras obras científicas e membro de diversas associações jurídicas nacionais e internacionais. Pela sua actividade jurídica e docente foi condecorado com a Comenda da Ordem de Santiago da Espada e com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique. É sócio honorário da Academia Portuguesa de História e sócio honorário e membro do Conselho Literário do Grémio Literário. Em 1972, foi um dos fundadores do semanário “Expresso” e fez parte da comissão que elaborou a primeira Lei de Imprensa em Democracia, tendo sido Deputado à Assembleia Constituinte, integrando a primeira delegação portuguesa ao Conselho da Europa. Entre inúmeros títulos académicos e não-académicos, são de destacar os vários tomos de Direito Administrativo Geral e as Lições de Introdução ao Estudo do Direito de que é co-autor, o precursor Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português, O Valor Jurídico do Acto inconstitucional e Direito Constitucional - I- Teoria da Constituição e a importante revista Legislação. Cadernos de Ciência da Legislação, a cujo Conselho Coordenador pertenceu. Coordenou ainda, em conjunto com Jorge Miranda, a obra colectiva sobre os Dez anos da Constituição, e com Fausto Quadros e Paulo Otero, a obra de referência Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda.

Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes

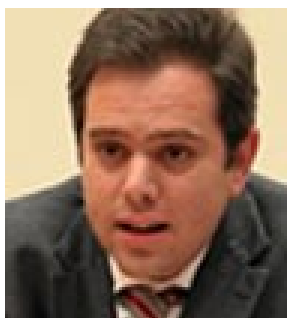


Carlos Blanco de Moraes doutorou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa onde é Professor Associado com agregação de Direito Público. Os seus interesses académicos situam-se nas áreas do Direito Constitucional, do Direito Internacional, da Legística e, subsidiariamente, do Direito Administrativo, áreas em que desenvolve a sua actividade docente, científica e de orientação. Ao nível da investigação especializou-se no estudo da actividade legislativa, da qualidade das leis, da autonomia regional, da justiça constitucional, da Teoria da Constituição, das relações entre o ordenamento jurídico português e o Direito Europeu e no estudo do sistema político de governo. Actualmente desenvolve projectos de investigação colectivos dedicados aos temas da Teoria da Constituição (e neste domínio, das mutações tácitas da Constituição), dos direitos sociais e da avaliação das políticas públicas no domínio da "better regulation", da Justiça Constitucional e da reforma dos tratados institucionais da Comunidade Europeia e da União Europeia e o seu impacto no ordenamento dos Estados.

Desempenha vários cargos na Faculdade de Direito de Lisboa e seus institutos de investigação, entre os quais os de Vice-Presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) e Presidente da Comissão Coordenadora Científica do Centro de Investigação em Direito Público (CIDP). Foi Professor Visitante da Faculdade de Direito do Porto, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Salento, na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Trieste e ainda na Escola Superior da Procuradoria do Estado de São Paulo. Fora da Universidade, a par de atividades de jurisconsultoria, desempenha o cargo de Consultor para os Assuntos Constitucionais da Presidência da República, árbitro do CAAD e Presidente do Conselho Fiscal da Fundação D. Pedro IV (IPSS). Desempenhou os cargos de Membro do Conselho Superior da Magistratura, Consultor-Principal da Presidência do Conselho de Ministros e membro do Conselho de administração da Portugal Telecom SGPS. Publicou e editou várias monografias, tratados e cursos, entre os quais os dois tomos da Justiça Constitucional, o Tomo I do Curso de Direito Constitucional, o Manual de Legística, as Leis Reforçadas, tendo co-editado com o Professor Elival da Silva Ramos da USP a obra colectiva Perspectivas da Reforma

da Justiça Constitucional em Portugal e no Brasil. Publicou ainda muitos artigos científicos em Portugal e no estrangeiro, sobretudo no Brasil, em Itália e nos Estados Unidos, onde também participou em numerosas conferências, seminários e colóquios.

Professor Doutor Luís Pereira Coutinho



Luís Pereira Coutinho doutorou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa onde é Professor Auxiliar. Foi também Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Os seus interesses de investigação centram-se presentemente na Teoria da Constituição, na Teoria do Estado, na Teoria da Ação Política, na Teoria dos Regimes Políticos e na Justiça Constitucional.

Entre os livros que publicou são de destacar “A Autoridade Moral da Constituição: Da Fundamentação da Validade do Direito Constitucional”, “A Realidade Internacional” (como Autor) e “Eichmann in Jerusalem: 50 Years After” (como co-organizador e Autor). Nos referidos âmbitos de investigação tem participado em projetos de investigação, conferências e publicações coletivas em Portugal e no estrangeiro.

Professor Doutor Miguel Nogueira de Brito



Miguel Nogueira de Brito doutorou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde lecciona actualmente e desenvolve investigação.

Foi regente nas áreas da ciência política, do direito constitucional e dos direitos fundamentais ao nível da licenciatura e do mestrado, e é um destacado especialista na área do direito administrativo geral e da contratação pública.

A par com o seu percurso académico tem exercido funções como advogado e como assessor do Tribunal Constitucional, tendo sido ainda membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Os seus interesses de investigação centram-se sobretudo na filosofia política e do direito, na distinção entre direito público e direito privado, nos poderes revisores dos tribunais constitucionais e nos fundamentos legais e filosóficos da propriedade privada. Integra ainda a equipa de um projecto de investigação plurianual desenvolvido no âmbito do direito constitucional no Centro de Investigação em Direito Público (CIDP) do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP). Entre os livros que publicou são de destacar “A Constituição Constituinte”, “A Justificação da Propriedade Privada numa Democracia Constitucional” e “As Andanças de Cândido”. Mais recentemente tem produzido artigos de grande relevo sobre o tema da revisão, interpretação e fiscalização constitucional e ainda sobre Liberdade Religiosa, Direitos Humanos e história do pensamento político destacando-se os artigos “O Patriotismo como Civilidade: Egas Moniz, Maquiavel e as Nações Europeias”, “O Momento Maquiavélico e a Constituição”, “João Paulo II, os Direitos Humanos e a Sociedade Civil” e “Liberdade Religiosa, Liberdade da Igreja e Relações entre o Estado e a Igreja: Reflexões a Partir da História Constitucional Portuguesa”.

Mestre Tiago Fidalgo de Freitas



Tiago Fidalgo de Freitas é Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Doutorando do Instituto Universitário Europeu de Florença (IUE). Enquanto Doutorando, foi Investigador Visitante da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, após ter completado o Mestrado em Direito (LL.M.) na Faculdade de Direito da Universidade de Nova Iorque (NYU) na qualidade de Hauser Global Scholar. Ensinou como Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e obteve ainda o Diploma da Academia de Direito Público Europeu em Legrainna na Grécia. A sua licenciatura foi classificada com um Magna Cum Laude na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Tiago Fidalgo de Freitas é advogado admitido na Ordem e os seus interesses de investigação vão desde o direito constitucional ao direito

administrativo global, passando pela ciência política e pelos direitos fundamentais. É autor de vários artigos publicados em Portugal e no estrangeiro.

Dra. Mariana Melo Egídio



Mariana Melo Egídio é Assistente Convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde se licenciou com distinção em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com uma especialização ao nível do mestrado em Direito Administrativo. É advogada e doutoranda do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde trabalha numa tese em Direito Constitucional. É ainda vogal da Direcção do ICJP. Recebeu vários prémios e distinções pela sua investigação e ensaios. As suas áreas de interesse e atividade científica são o Direito Constitucional, o Direito Administrativo e o Contencioso Administrativo.

BRASIL

Professor Doutor Manuel Gonçalves Ferreira Filho



Professor titular (aposentado) de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1957) e é doutorado em Direito pela Universidade de Paris (1959). Actualmente é Presidente do Instituto Pimenta Bueno - Associação Brasileira dos Constitucionalistas. É ainda doutor honoris causa pela Universidade de Lisboa. Integrou a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Advogados de São Paulo e o Instituto dos Advogados. Participou das comissões encarregadas de elaborar anteprojetos da Constituição do Estado em 1967 e do Código do Estado

em 1969. Foi director da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, de 1973 a 1974.

Na esfera político-administrativa, foi chefe de gabinete do Ministério da Justiça em 1969 e 1970, secretário geral do mesmo órgão em 1970 e 1971 e secretário do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de 1969 a 1971.

A nível estadual, foi secretário dos Negócios da Administração e secretário dos Negócios da Justiça, além de vice-governador do Estado de 1975 a 1979. Ocupou interinamente os cargos de ministro da Justiça, governador do Estado de São Paulo e de senador da República.

Proferiu diversas conferências no exterior e no Brasil e possui mais de três centenas de publicações em artigos em jornais e revistas especializadas, capítulos de livros, monografias e actas de congressos.

Ministro Gilmar Ferreira Mendes



Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1978), mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (1987), mestrado em Direito pela Westfälische Wilhelms - Universität Münster (1989) e doutoramento em Direito pela Westfälische Wilhelms - Universität Münster (1990). Actualmente é Professor Adjunto da Universidade de Brasília, Docente Permanente do Instituto Brasiliense de Direito Público, Membro de corpo editorial do Direito Público (Porto Alegre), Membro de corpo editorial do Observatório da Jurisdição Constitucional, membro-permanente do Comissão Europeia para a Democracia através do Direito, Membro de corpo editorial da serie edb/saraiva, Professor Visitante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Membro de corpo editorial da Revista Forense (Impresso), Colaborador do Centro de Investigação de Direito Público e Membro de corpo editorial da Revista de Derecho Constitucional Europeo (Internet).

Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, actuando principalmente nos seguintes temas: controle de constitucionalidade, controle abstrato, Corte Constitucional Alemã, Supremo Tribunal Federal.

Professor Doutor Elival da Silva Ramos



Possui os títulos de Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1977), Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (1985), Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (1991) e Livre-docente em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (2001).

Actualmente é Professor Associado junto ao Departamento de Direito do Estado (Área de Direito Constitucional) da Faculdade de Direito da USP, além de Professor em cursos de especialização (pós-graduação lato sensu) da Escola Superior do Ministério Público/SP, da Escola Paulista da Magistratura, da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e da Escola Superior de Direito Constitucional - ESDC. Exerce, ainda, o cargo efectivo de Procurador do Estado de São Paulo, com exercício em unidade especializada da área consultiva (Procuradoria Administrativa). Tem experiência profissional e académica na área de Direito do Estado, especialmente em Direito Constitucional e Administrativo. Na Faculdade de Direito da USP a sua linha de pesquisa está centrada no estudo dos sistemas de controle de constitucionalidade das leis e omissões legislativas, com ênfase no sistema brasileiro de controle e incursões nas temáticas do Poder Constituinte, da eficácia das normas constitucionais e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos fundamentais.

Professor Doutor Paulo Gonet Branco



Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1982), mestrado em Direitos Humanos - University of Essex (1990) e é doutorado em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (2008). Actualmente é professor da Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público, coordenador do mestrado académico do Instituto Brasiliense de Direito Público e subprocurador-geral da república do Ministério Público Federal. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, actuando principalmente nos seguintes temas: direitos fundamentais, jurisprudência do STF, controle de constitucionalidade, inconstitucionalidade lei efeitos e constituição. É membro do corpo editorial das revistas Direito Público (Porto Alegre), Federalismi.it, Revista de Direito Brasileira, Direitos Fundamentais e Justiça, Revista Estudos Eleitorais e da Revista Científica da FESMPDFT. É autor de vários artigos em jornais e revistas especializadas.

Professor Doutor Roger Stiefelmann Leal



Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995) e é doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (2004). Actualmente é professor doutor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo e procurador da fazenda nacional. Exerceu os cargos de Assessor da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (05/2001-06/2003), Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Transporte da Prefeitura de São Paulo (04/2008-04/2009) e Secretário Executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da

República (05/2011-07/2013). Também exerceu cargos de assessoria jurídica na Câmara dos Deputados (06/2003-04/2008) e no Senado Federal (04/2009-06/2010). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, actuando principalmente nos seguintes temas: controle de constitucionalidade, efeito vinculante, jurisdição constitucional e poder judiciário.

ITÁLIA

Professor Doutor Lucio Pegoraro



Lucio Pegoraro é Professor Catedrático de Direito Público Comparado no Departamento de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Bolonha e *profesor afiliado* na Universidad Autónoma de Nuevo León. É ainda doutor *honoris causa* da Universidad Nacional de Cajamarca, da Universidad Privada Antonio Guillermo Urrelo – UPAGU e da Universidad Inca Garcilaso de la Vega (Perù).

Publicou diversas monografias, entre as quais se assinalam, a título de exemplo: *La Corte e il Parlamento. Sentenze-indirizzo e attività legislativa* (Padova, 1987); *Linguaggio e certezza della legge nella giurisprudenza della Corte costituzionale* (Milano, 1988); *Le leggi organiche. Profili comparatistici* (Padova, 1990); *Le fonti del diritto negli ordinamenti contemporanei* (Bologna, 1993, em colaboração com A. Reposo), *Le fonti nel diritto comparato* (Torino, 2000, em colaboração com A. Rinella, tradução em castelhano, *Las fuentes en el Derecho comparado*, Lima, 2003).

Lucio Pegoraro é também co-autor de vários manuais amplamente citados: *Diritto costituzionale italiano e comparato* (Bologna, 2nd ed., 1997), e *Diritto pubblico comparato* (Torino, 2004, 2nd ed. 2007, 3rd ed. 2009, 4rd ed. 2012) em co-autoria com G. Morbidelli, A. Reposo e M. Volpi; *Nuevo Derecho público comparato* (Valencia, 2000) com D. López Garrido e M.F. Massó Garrote; *Diritto costituzionale e pubblico* (Torino, 2002, 2.ª edição, 2006, 3.ª edição, 2009) com A. Reposo, A. Rinella, R. Scarciglia, M. Volpi; *Introduzione al diritto pubblico comparato. Metodologie di ricerca*, Cedam, Padova, 2002 e *Diritto pubblico comparato. Profili*

metodologici (Cedam, Padova, 2007) com A. Rinella; Conoscere la Repubblica: i Comuni, lo Stato, l'Europa, Anci.Sa, Rubano, 2007) com E.D. Cosimo.

É autor de cerca de 250 ensaios, artigos e outros escritos publicados em livros e revistas italianas, espanholas, portuguesas, latinoamericanas, francesas e inglesas, sobre temas relacionados com o Direito Constitucional e o Direito Comparado, como os direitos fundamentais, a descentralização, as fontes de direito, a justiça constitucional, questões metodológicas e revisão constitucional, entre outros tópicos. É também editor de várias obras.

É Director, juntamente com E. Álvarez Conde, da «Revista de Derecho Público Comparado – Comparative Public Law Review» e membro de vários conselhos editoriais de revistas estrangeiras especializadas.

Lucio Pegoraro é ainda Vice-Presidente da Associazione di Diritto pubblico comparato ed europeo; é membro da Asociación peruana de Derecho Constitucional e da Asociación argentina de Derecho Constitucional; membro titular do Centro Latinoamericano de Derecho Constitucional - CELADEC (Lima – Perú); membro fundador da Secção italiana do Instituto Iberoamericano de Derecho Constitucional; membro do conselho científico do *Indian Legal Studies network*, I.L.E.S; membro da Comissão de Acompanhamento do Centro de Investigação de Direito Público (Universidade de Lisboa); coordenador do Centro di studi sull'America Latina (Dipartimento di Scienze politiche e sociali dell'Università di Bologna).

Professor Doutor Michele Carducci



Michele Carducci é Professor de Direito Constitucional Comparado na Università del Salento, Italia. Anteriormente leccionou nas Universidades de Parma e Urbino. Doutorado em Direito Constitucional, estudou nas Universidades de Viena, Münster e Erlangen (Alemanha) e Carlos III (Madrid). Titular de uma bolsa CNR na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2003 foi Professor Estrangeiro Visitante na UNISINOS-Rio Grande do Sul, ao abrigo do programa FAPERGS por convite do Prof. Dr. José Luis Bolzan De Moraes. Também foi Investigador Visitante na Cardozo School of Law (NY) e Professor Visitante na Universidad Autónoma de Tlaxcala no México, na Pontifícia Universidade do Pernambuco, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba) e na Pontifícia Universidad Católica del Perú (Lima).

Em 2003, foi-lhe atribuído o Diploma de Alta Distinção da Cultura Jurídica Comenda Jurista “Tobias Barreto” do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito de Recife, sendo ainda membro hononário do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania.

Foi Coordenador do Doutorado em Sistemas Legais, Políticos e Sociais Comparados da Universidade de Lecce, e membro europeu do Circulo Constitucional Euro Americano. Primeiro Presidente da “Sezione Italiana del Instituto Iberoamericano de Derecho Constitucional” e membro da “Associazione di Diritto Pubblico Comparato ed Europeo” (DPCE).

As actividades didácticas e científicas dos últimos anos desenvolveram-se e basearam-se em seis áreas de investigação e ensino: 1. Teoria do Direito latino-americana (especialmente brasileira); 2. Transplantação e tradução jurídica; 3. Regionalização comparada; 4. Diálogo judicial; 5. “Empréstimo Constitucional”; 6. BRICS.

Foi ainda Reitor Facoltà di Scienze della Formazione e Scienze Politiche e Sociali (Universidade de Salento).

Professor Doutor Massimo Luciani



Massimo Luciani é Professor titular de Direito Constitucional na Facoltà di Giurisprudenza dell’ Università degli Studi di Roma “La Sapienza” e advogado do Foro di Roma, exercendo actividade profissional nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

É membro de diversos conselhos editoriais, tal como das revistas “Politica del diritto”, “Rivista di diritto costituzionale”, “Diritto e società”, “Democrazia e diritto”, “Giurisprudenza costituzionale”, “Nomos. Le attualità nel diritto”, “Studi sulla giustizia costituzionale” e “Collection de droit public comparé et européen”.

Foi membro da “Commissione per le politiche di integrazione degli immigrati”, e Presidente da “Associazione Gruppo di Pisa”, para a investigação da justiça constitucional.

É membro da “Alta Corte di Giustizia Sportiva” e da Direcção de “Italiadecide - Associazione di ricerca per la qualità delle politiche pubbliche”, da qual foi um dos fundadores. É ainda membro do comité consultivo do Governo italiano para as reformas constitucionais, bem como de numerosas associações, das quais

destacamos a “Associazione italiana dei costituzionalisti”, a “Association française des constitutionnalistes” e a Associação brasileira dos constitucionalistas, Instituto Pimenta Bueno. É ainda membro do conselho científico da Academia internacional de Direito Constitucional, do Centro per la riforma dello Stato e do Centro de Direito e Política Comparada de Toulon. Organizou vários seminários e congressos científicos.

Publicou mais de 300 artigos, comentários e ensaios em revistas científicas e livros da especialidade.

ESPAÑA

Professor Doutor Fernandez Segado



Doutorado em Direito pela Universidad Autónoma de Madrid e Diplomado em Sociologia Política e Administração de Empresas.

Foi Professor Catedrático de Direito Constitucional na Universidade de Santiago de Compostela e é, desde Abril de 2000, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidad Complutense de Madrid.

É ainda doutor *honoris causa* pelas Universidades de Messina (Italia) e Pontificia Universidad Católica del Perú, em Lima. É também Professor honorário de catorze universidades na América Latina. Visiting Profesor, entre outras, da Universidade de Milão e da Universidade Nacional de La Plata (Argentina).

Autor de 22 livros publicados em Itália, México, Peru e Espanha. Autor de mais de 450 artigos científicos, publicados em obras colectivas ou revistas especializadas da Alemanha, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, El Salvador, França, Guatemala, Itália, México, Nicarágua, Peru, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia, Sérvia e Montenegro, Venezuela e Espanha.

Membro da Academia nacional de derecho y Ciencias Sociales de Córdoba (República Argentina). Académico correspondente da Real academia de Jurisprudencia y Legislación de Madrid (desde 1979) y miembro de outras 33 instituições académicas e científicas de vários países.

Membro da “European Association of Legislation”, da “Societas Iuris Publici Europei”, das Associações Argentina, Peruana e Venezuelana de Direito Constitucional e da Asociación Uruguaya de Derecho Público. Membro da Direcção do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal Constitucional.

Director do “Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional”, editado pelo Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, e também da colecção “Dykinson- Constitucional”. Membro de mais de uma vintena de Conselhos consultivos e editoriais de revistas científicas da especialidade em diversos países. Orador em cerca de três centenas de conferências em universidades e instituições científicas de vários países.

Condecorado, entre outros, com a Gran Cruz del Mérito Naval (Ministério da Defesa de Espanha, 1998) e com a Orden Venezolana “Francisco de Miranda” (1997).